

**Procedimento de Comercialização**

**PdC CZ.03**

**SOLICITAÇÃO DE RECONTABILIZAÇÃO**

**Versão: 2**

**Início de Vigência: 28.05.2010**

**Instrumento de Aprovação: Despacho ANEEL nº 1.497, de 27 de maio 2010**



**ccee**

Câmara de Comercialização  
de Energia Elétrica



CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC CZ.03	INÍCIO DE VIGÊNCIA 28.05.2010	Versão 2
NOME SOLICITAÇÃO DE RECONTABILIZAÇÃO		

## ÍNDICE

1. APROVAÇÃO .....	3
2. HISTÓRICO DE REVISÕES .....	3
3. PROCESSO ORIGEM .....	4
4. NOME E CÓDIGO DO PROCEDIMENTO DE COMERCIALIZAÇÃO .....	4
5. PÚBLICO ALVO .....	4
6. OBJETIVO .....	4
7. ASPECTOS LEGAIS E REGULATÓRIOS .....	5
8. LISTA DE TERMOS .....	6
9. FERRAMENTAS DE SUPORTE .....	7
10. PREMISSAS .....	7
11. FLUXOGRAMA .....	10
12. MATRIZ DE OPERACIONALIZAÇÃO .....	11
13. CRONOGRAMA GERAL .....	15
14. ANEXOS .....	16

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC CZ.03	INÍCIO DE VIGÊNCIA 28.05.2010	Versão 2
NOME SOLICITAÇÃO DE RECONTABILIZAÇÃO		

## 1. APROVAÇÃO

Início de Vigência do Procedimento de Comercialização: 28.05.2010

Aprovado pelo Despacho ANEEL nº 1.497 de 27 de maio de 2010, e alterado pelo Despacho ANEEL nº 3.291 de 11 de agosto de 2011.

## 2. HISTÓRICO DE REVISÕES

- **Versão 1** **01.10.2008**  
Alterações decorrentes das Regras de Comercialização – versão 2008.
- **Versão 2** **28.05.2010**  
Adequação das premissas de forma a contemplar o disposto na Convenção de Comercialização, alterada pela Resolução Normativa ANEEL nº 348/09.

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC CZ.03	INÍCIO DE VIGÊNCIA 28.05.2010	Versão 2
NOME SOLICITAÇÃO DE RECONTABILIZAÇÃO		

### 3. PROCESSO ORIGEM

#### Cadeia de Valor da CCEE



### 4. NOME E CÓDIGO DO PROCEDIMENTO DE COMERCIALIZAÇÃO

Solicitação de Recontabilização – CZ.03

### 5. PÚBLICO ALVO

- 5.1. Agente da CCEE
- 5.2. Superintendência da CCEE
- 5.3. Conselho de Administração da CCEE

### 6. OBJETIVO

Estabelecer os procedimentos relativos à solicitação de recontabilização a ser apresentada pelos agentes da CCEE, originada de uma divergência quanto aos valores apurados no processo de contabilização e liquidação financeira.

## **7. ASPECTOS LEGAIS E REGULATÓRIOS**

- 7.1. Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996 – Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica, e dá outras providências.
- 7.2. Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004 – Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera as Leis nº 5.665, de 20 de maio de 1971, 8.631, de 4 de março de 1993, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências.
- 7.3. Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004 – Regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica, e dá outras providências.
- 7.4. Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004 – Regulamenta os arts. 4º e 5º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e dispõe sobre a organização, as atribuições e o funcionamento da CCEE.
- 7.5. Resolução Normativa ANEEL nº 109, de 26 de outubro de 2004 – Institui a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.
- 7.6. Resolução Normativa nº 260, de 03 de abril de 2007 - Altera dispositivos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, instituída pela Resolução Normativa ANEEL 109 de 26.10.2004, que estabeleceu a estrutura e a forma de funcionamento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
- 7.7. Resolução Normativa nº 263, de 17 de abril de 2007 - Altera o parágrafo único do art. 1º, bem como o art. 22 do Anexo da Resolução Normativa ANEEL 109 de 26.10.2004, que instituiu a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica, referente ao funcionamento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
- 7.8. Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007 - Cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra - Estrutura - REIDI; reduz para 24 (vinte e quatro) meses o prazo mínimo para utilização dos créditos da contribuição para o PIS / PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, decorrentes da aquisição de edificações; amplia o prazo para pagamento de impostos e contribuições; altera a Medida Provisória 2.158 - 35 de 24.08.2001, e as Leis 9.779 de 19.01.1999, 8.212 de 24.07.1991, 10.666 de 08.05.2003, 10.637 de 30.12.2002, 4.502 de 30.11.1964, 9.430 de 27.12.1996, 10.426 de 24.04.2002, 10.833 de 29.12.2003, 10.892 de 13.07.2004, 9.074 de 07.07.1995, 9.427 de 26.12.1996, 10.438 de 26.04.2002, 10.848 de 15.03.2004, 10.865 de 30.04.2004, 10.925 de 23.07.2004 e 11.196 de 21.11.2005; e revoga dispositivos das Leis 4.502 de 30.11.1964, 9.430 de 27.12.1996 e do Decreto - Lei 1.593 de 21.12.1977, e dá outras providências.
- 7.9. Decreto nº 6.210, de 18 de setembro de 2007 - Altera dispositivos do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, que regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica, define demanda mínima por unidade de consumo para a equiparação de consumidor a autoprodutor, e dá outras providências.
- 7.10. Resolução Normativa nº 341, de 02 de dezembro de 2008 - Aprova as Regras de Comercialização de Energia Elétrica, versão 2009, de que trata a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica instituída pela Resolução Normativa nº 109, de 26 de outubro de 2004, alterada pela Resolução Normativa nº 384, de 06 de janeiro de 2008, e dá outras providências.
- 7.11. Decreto nº 6.353, de 16 de janeiro de 2008 – Regulamenta a contratação de energia de reserva de que trata o §3º do art.3º A da Lei 10.848, de 15 de março de 2004, mediante leilões a serem promovidos pela ANEEL, direta ou indiretamente, conforme diretrizes do Ministério de Minas e Energia – MME, bem como altera o art. 44 do Decreto nº 5.163, de 30 de junho de 2004 e o art. 2º do Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004, e dá outras providências.

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC CZ.03	INÍCIO DE VIGÊNCIA 28.05.2010	Versão 2
NOME SOLICITAÇÃO DE RECONTABILIZAÇÃO		

- 7.12. Resolução Normativa nº 348, de 06 de janeiro de 2009 - Altera a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica, instituída pela Resolução Normativa nº 109, de 26 de outubro de 2004.
- 7.13. Lei nº 11.943, de 28 de maio de 2009 - Autoriza a União a participar de Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica - FGEE; altera o § 4º do art. 1º da Lei 11.805 de 06.11.2008; dispõe sobre a utilização do excesso de arrecadação e do superávit financeiro das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional; altera o art. 1º da Lei 10.841 de 18.02.2004, as Leis 9.074 de 07.07.1995, 9.427 de 26.12.1996, 10.848 de 15.03.2004, 3.890-A de 25.04.1961, 10.847 de 15.03.2004, e 10.438 de 26.04.2002, e autoriza a União a repassar ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, recursos captados junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD.
- 7.14. Resolução Normativa ANEEL nº 376, de 25 de agosto de 2009 - Estabelece as condições para contratação de energia elétrica, no âmbito do Sistema Interligado Nacional – SIN, por Consumidor Livre, e dá outras providências.
- 7.15. Resolução Normativa ANEEL nº 385, de 08 de dezembro de 2009 - Aprova as Regras de Comercialização de Energia Elétrica, versão 2010, de que trata a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica; altera art. 3º e acrescenta inciso ao art. 4º da Resolução Normativa 341 de 02.12.2008, altera art. 5º da Resolução 209 de 03.08.2008, e altera art. 2º da Resolução Normativa 336 de 28.10.2008.

## 8. LISTA DE TERMOS

Este procedimento de comercialização utiliza os seguintes termos e expressões, cujas definições são encontradas no PdC Glossário.

- Agente da CCEE ou Agente
- Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)
- Central de Atendimento da CCEE
- Certificação de Recontabilização
- Conflito
- Conselho de Administração da CCEE
- Consumidor Livre
- Contabilização
- Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado (CCEAR)
- du
- Liquidação Financeira
- Mecanismo de Realocação de Energia (MRE)
- Mercado de Curto Prazo
- Operador Nacional do Sistema (ONS)
- Processo de Contabilização e Liquidação Financeira
- Recontabilização
- Sistema de Contabilização e Liquidação da CCEE (SCL)
- Solicitação de Recontabilização
- Superintendência da CCEE

## 9. FERRAMENTAS DE SUPORTE

FERRAMENTA	DESCRIÇÃO
Base de requisições	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ferramenta utilizada pela Superintendência da CCEE para o registro das informações, detalhamento da solicitação de recontabilização, análise de eventual impacto e elaboração do relatório técnico de requisição.</li> </ul>
Conteúdo Exclusivo do agente	<ul style="list-style-type: none"> <li>Área do site da CCEE (<a href="http://www.ccee.org.br">www.ccee.org.br</a>) de acesso restrito aos agentes, onde estarão disponíveis informações sobre o andamento e o resultado da análise da solicitação de recontabilização.</li> </ul>
Formulário para solicitação de recontabilização	<ul style="list-style-type: none"> <li>Documento a ser preenchido pelo agente, assinado pelo(s) representante(s) legal(is) do agente, e enviado à Superintendência da CCEE para solicitação de recontabilização (vide Anexo 14.1).</li> </ul>
Relatório técnico de requisição	<ul style="list-style-type: none"> <li>Documento a ser elaborado pela Superintendência da CCEE que contempla a solicitação de recontabilização, análise de impactos, parecer técnico e resultado final da análise da solicitação de recontabilização.</li> </ul>

## 10. PREMISSAS

### 10.1. Premissas gerais

- 10.1.1. A contagem dos prazos estabelecidos neste procedimento de comercialização é realizada observando-se apenas os dias úteis, salvo disposição expressa em contrário.
- 10.1.2. O prazo informado neste procedimento de comercialização para a deliberação do Conselho de Administração da CCEE poderá sofrer alteração, caso seja necessária solicitação de documentação/informação complementar.
- 10.1.3. Os agentes da CCEE poderão acompanhar as etapas do seu processo de solicitação de recontabilização por meio do Conteúdo Exclusivo do agente no site da CCEE. Os estágios do processo são:
  - a) Abertura de nova requisição;
  - b) Elaborando parecer técnico;
  - c) Em análise pela Superintendência;
  - d) Em análise pelo Conselho de Administração da CCEE;
  - e) Resultado disponível.

### 10.2. Premissas referentes à solicitação de recontabilização

- 10.2.1. A solicitação de recontabilização (vide Anexo 14) somente deverá ser encaminhada à Superintendência da CCEE, aos cuidados da Gerência de Medição e Operação – GMO, após a finalização do processo de contabilização e liquidação financeira do período ao qual se refere o pleito do agente.
- 10.2.2. O prazo para solicitação de recontabilização, por parte de um agente da CCEE, será de, no máximo, 03 (três) meses após a realização da liquidação financeira do período mensal considerado, entendida esta como a data de depósito dos créditos aos agentes credores da respectiva liquidação financeira.
- 10.2.3. O prazo para solicitação de recontabilização, devido a alterações nos acrônimos TEIfa e TEIP de usinas hidrelétricas participantes do MRE, será de, no máximo, 03 (três) meses após aprovação pelo ONS. Será considerado como período a ser contabilizado o terceiro mês anterior à completa e formal solicitação do agente ao ONS e terminará no mês em que os referidos índices estiverem corrigidos no Sinercom.
- 10.2.4. O agente que desejar solicitar a recontabilização deverá preencher o “formulário para solicitação de recontabilização” (vide anexo 14.1), devidamente assinado e encaminhá-la à central de atendimento da CCEE pelo e-mail [atendimento@ccee.org.br](mailto:atendimento@ccee.org.br) ou por carta, no



CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC CZ.03	INÍCIO DE VIGÊNCIA 28.05.2010	Versão 2
NOME SOLICITAÇÃO DE RECONTABILIZAÇÃO		

endereço Alameda Santos, 745, Cerqueira César, São Paulo/SP, CEP 01419-001, Central de Documentação – CEDOC, das 08h00 às 18h00.

- 10.2.5. No referido formulário deverão constar anexos os documentos que embasam a solicitação de recontabilização, como o arquivo de dados de medição no formato “.txt” e/ou arquivo de dados de contratos no formato “.xml”,
  - 10.2.6. As solicitações de recontabilização referentes a dados que, isoladamente, não impactem financeiramente os agentes ou o histórico utilizado para o cálculo de penalidades, não serão, por si só, motivadores para o efetivo processamento de uma recontabilização.
  - 10.2.7. Não serão aceitas solicitações de recontabilização para alteração de dados de medição correspondentes ao período que antecede à conclusão do efetivo cadastro do ativo no SCL.
  - 10.2.8. Para solicitar reprocessamento da matriz de comercialização de energia incentivada, o agente deverá atender aos comandos da premissa 10.2.4., identificando devidamente a natureza da solicitação.
  - 10.2.9. O reprocessamento da matriz de comercialização de energia incentivada será realizado uma única vez para cada mês contabilizado, 30 dias após o término do prazo para solicitação de recontabilização do período considerado.
  - 10.2.10. Deverá ser encaminhada documentação que comprove a anuência das partes impactadas no reprocessamento da matriz de comercialização de energia incentivada. Tal documentação é de responsabilidade do agente solicitante.
  - 10.2.11. Deverá ser encaminhada documentação que comprove anuência das partes impactadas nos processos de recontabilização cujo objetivo seja correções de dados de medição. Essa documentação, de responsabilidade do agente solicitante, deve acompanhar a solicitação de recontabilização e atender aos padrões estabelecidos na premissa 10.2.4. Os casos excepcionais em que sejam caracterizados conflitos, motivados por falta de anuência entre as partes envolvidas, poderão ser levados para mediação do Conselho de Administração da CCEE.
  - 10.2.12. Caso a Superintendência da CCEE necessite de informações complementares dos agentes envolvidos no processo de recontabilização será emitido um chamado ativo ao agente, devendo este encaminhar resposta e conteúdo solicitado em até 5 dias. Não respeitando o prazo referido, a solicitação de recontabilização será cancelada.
  - 10.2.13. A Superintendência da CCEE instruirá o processo de recontabilização e o encaminhará ao Conselho de Administração da CCEE.
  - 10.2.14. A notificação de indeferimento será informada ao agente por meio de comunicado, cabendo pedido de reconsideração ao Conselho de Administração da CCEE em até 5 dias a contar da expedição da notificação da decisão para deliberação.
  - 10.2.15. O pedido de reconsideração do agente da CCEE, acompanhado da respectiva exposição de motivos, deverá ser encaminhado à central de atendimento da CCEE, por meio do e-mail [atendimento@ccee.org.br](mailto:atendimento@ccee.org.br) ou por carta, no endereço Alameda Santos, 745 - Cerqueira César - São Paulo - SP CEP: 01419-001 A/C da - Central de Documentação - CEDOC, das 08h00 às 18h00.
  - 10.2.16. Nas hipóteses de apresentação de pedido de reconsideração pelo agente, o Conselho de Administração da CCEE analisará a questão e emitirá deliberação.
  - 10.2.17. Caso o mérito da solicitação de recontabilização seja julgado procedente ou parcialmente procedente, a deliberação do Conselho de Administração da CCEE será considerada quando do processamento da recontabilização do período em questão.
  - 10.2.18. Solicitações de recontabilização com natureza de ajuste de dados de medição deverão ser feitas para cada mês a ser recontabilizado, devendo ser enviadas individualmente para cada caráter de ajuste.
- 10.3. **Premissas referentes à cobrança de emolumento dos agentes em razão de solicitação de recontabilização**

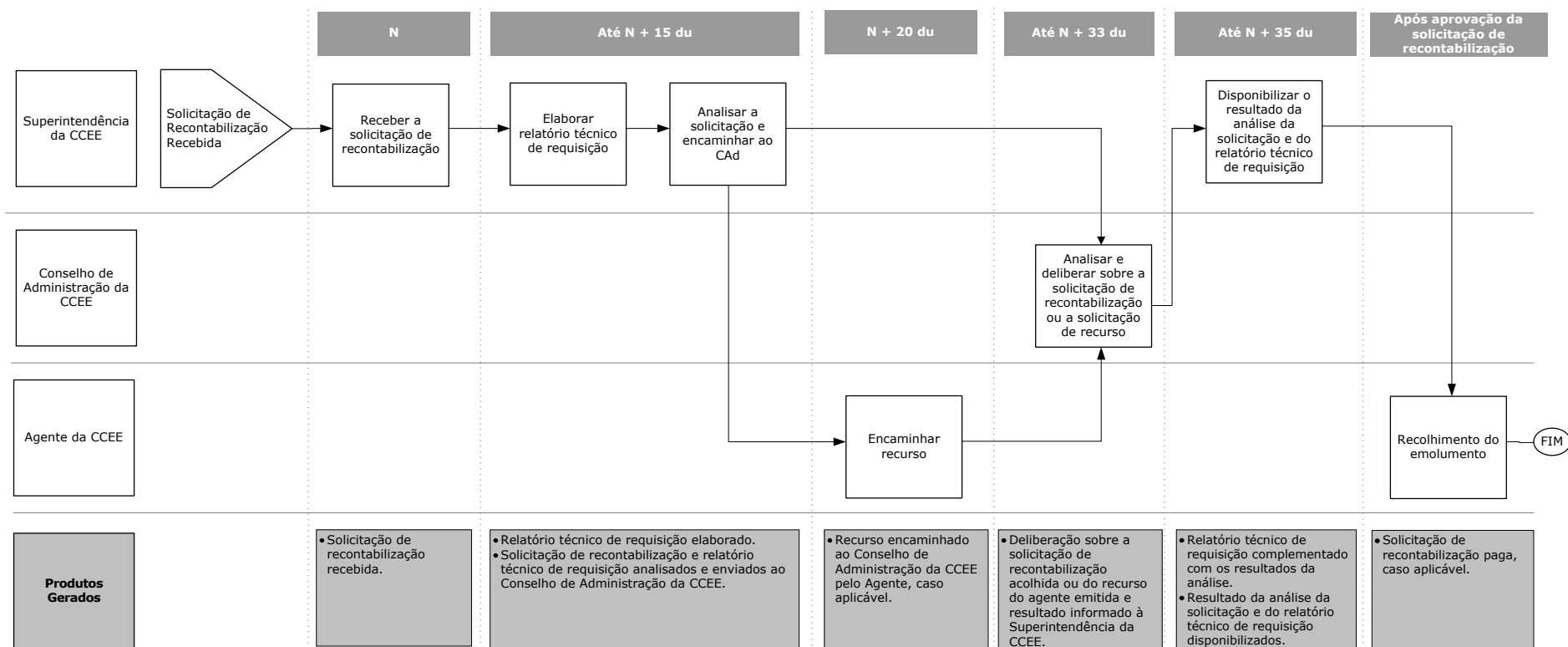


CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC CZ.03	INÍCIO DE VIGÊNCIA 28.05.2010	Versão 2
NOME SOLICITAÇÃO DE RECONTABILIZAÇÃO		

- 10.3.1. O agente solicitante de recontabilização, por motivo atribuível ao mesmo, será responsável pelo recolhimento de emolumento(s) relativo(s) a cada mês abrangido pela solicitação de recontabilização.
- 10.3.2. Nos casos em que a solicitação de recontabilização estiver fundamentada em erro de medição, a responsabilidade pelo recolhimento do emolumento será do agente de medição, independentemente da formalização da solicitação ter sido realizada por outro agente.
- 10.3.3. Após a aprovação da solicitação de recontabilização pelo Conselho de Administração, o agente solicitante deverá efetuar o pagamento dos emolumentos relativos a cada mês abrangido pela solicitação de recontabilização.
- NOTA: caso o Conselho de Administração não aprove a solicitação de recontabilização, o agente ficará isento do pagamento indicado nesta premissa.
- 10.3.4. Em nenhuma hipótese serão devolvidos valores pagos pelos agentes a título de emolumentos por solicitação de recontabilização.
- 10.3.5. A CCEE realizará recontabilizações, independentemente do recolhimento de emolumentos, quando a solicitação de recontabilização estiver fundamentada, exclusivamente, em determinação legal ou normativa válida ou em casos de iniciativa da própria CCEE.
- 10.3.6. O valor do emolumento, a ser divulgado no *site* da CCEE até o 5º dia útil do mês de sua aplicação, relativo à solicitação de recontabilização pelos agentes, será de R\$ 5.000,00 para cada mês constante na solicitação de recontabilização. O valor do emolumento será corrigido anualmente pelo IPCA/IBGE, ou em caso de sua descontinuidade, pelo índice que vier a substituí-lo.
- 10.3.7. Sem prejuízo da atualização monetária, o Conselho de Administração da CCEE poderá alterar o valor de base do emolumento relativo à solicitação de recontabilização pelos agentes.

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC CZ.03	INÍCIO DE VIGÊNCIA 28.05.2010	Versão 2
NOME SOLICITAÇÃO DE RECONTABILIZAÇÃO		

## 11. FLUXOGRAMA



Legenda:

**N:** data do recebimento da Solicitação de Recontabilização.

**du:** dias úteis.

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC CZ.03	INÍCIO DE VIGÊNCIA 28.05.2010	Versão 2
NOME SOLICITAÇÃO DE RECONTABILIZAÇÃO		

## 12. MATRIZ DE OPERACIONALIZAÇÃO

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	DETALHAMENTO	FERRAMENTA	PRODUTOS GERADOS	PRAZO
Receber a solicitação de recontabilização	Superintendência da CCEE	<ul style="list-style-type: none"> <li>Receber a solicitação de recontabilização enviada pelo agente.</li> <li>Cadastrar a solicitação de recontabilização na base de requisições.</li> </ul>	Base de requisições Formulário para solicitação de recontabilização	Solicitação de recontabilização recebida	N
Elaborar relatório técnico de requisição	Superintendência da CCEE	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaborar o relatório técnico de requisição.</li> <li>Atualizar a base de requisições.</li> </ul>	Base de requisições Formulário para solicitação de recontabilização	Relatório técnico de requisição elaborado	Até N+15du

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC CZ.03	INÍCIO DE VIGÊNCIA 28.05.2010	Versão 2
NOME SOLICITAÇÃO DE RECONTABILIZAÇÃO		

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	DETALHAMENTO	FERRAMENTA	PRODUTOS GERADOS	PRAZO
Analisar a solicitação e o relatório técnico e enviar ao CAAd	Superintendência da CCEE	<ul style="list-style-type: none"> <li>Analisar a solicitação de recontabilização e o relatório técnico de requisição.</li> <li>Instruir o processo de recontabilização e encaminhar ao Conselho de Administração da CCEE para deliberação.</li> <li>Atualizar a base de requisições da CCEE e encaminhar comunicado por email ao agente em caso de indeferimento da solicitação de recontabilização.</li> </ul>	Formulário para solicitação de recontabilização  Relatório técnico de requisição  Base de requisições	Solicitação de recontabilização e relatório técnico de requisição analisados e enviados ao CAAd	Até N+15du
Encaminhar recurso	Agente da CCEE	<ul style="list-style-type: none"> <li>Indeferida a solicitação de recontabilização pelo Conselho de Administração da CCEE, o agente da CCEE poderá encaminhar recurso, em até 5 dias úteis a contar da expedição da notificação da decisão encaminhada por meio de comunicado por email.</li> </ul>	Conteúdo exclusivo do agente	Recurso encaminhado ao Conselho de Administração da CCEE pelo agente, caso aplicável	N+20du

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC CZ.03	INÍCIO DE VIGÊNCIA 28.05.2010	Versão 2
NOME SOLICITAÇÃO DE RECONTABILIZAÇÃO		

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	DETALHAMENTO	FERRAMENTA	PRODUTOS GERADOS	PRAZO
Analisar e deliberar sobre a solicitação de recontabilização	Conselho de Administração da CCEE	<ul style="list-style-type: none"> <li>Receber e analisar o relatório técnico de requisição, a solicitação de recontabilização acolhida ou o recurso encaminhado pelo agente, caso aplicável.</li> <li>Emitir deliberação da solicitação de recontabilização ou do recurso encaminhado pelo agente.</li> <li>Informar à Superintendência da CCEE sobre o resultado da solicitação de recontabilização ou do recurso encaminhado pelo agente.</li> </ul>	Formulário para solicitação de recontabilização  Relatório técnico de requisição  Base de requisições	Deliberação sobre a solicitação de recontabilização acolhida ou do recurso do agente emitida e resultado informado à Superintendência da CCEE	Até N+33du
Disponibilizar o resultado da análise da solicitação de recontabilização e do relatório técnico	Superintendência da CCEE	<ul style="list-style-type: none"> <li>Obter a informação sobre o resultado da solicitação de recontabilização.</li> <li>Complementar o relatório técnico de requisição com os resultados da análise.</li> <li>Atualizar a base de requisições com o resultado da deliberação do Conselho de Administração da CCEE e disponibilizar no Conteúdo Exclusivo do agente.</li> </ul> Notas: <ol style="list-style-type: none"> <li>A Superintendência da CCEE enviará um e-mail ao agente, comunicando a disponibilização do resultado da análise da solicitação de recontabilização e do relatório técnico de requisição pelo Conselho de Administração da CCEE no Conteúdo Exclusivo do agente.</li> <li>Esse é o estágio identificado como resultado disponível.</li> <li>Quando ocorrer o processamento da recontabilização do período em questão, a base de requisições será atualizada informando como estágio o período contábil no qual foi considerado o ajuste de recontabilização.</li> </ol>	Base de requisições  Conteúdo Exclusivo do agente	Relatório técnico de requisição complementado com os resultados da análise.  Resultado da análise da solicitação de recontabilização e do relatório técnico de requisição disponibilizado	Até N+35du

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC CZ.03	INÍCIO DE VIGÊNCIA 28.05.2010	Versão 2
NOME SOLICITAÇÃO DE RECONTABILIZAÇÃO		

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	DETALHAMENTO	FERRAMENTA	PRODUTOS GERADOS	PRAZO
Recolhimento do emolumento	Agente da CCEE	<ul style="list-style-type: none"> <li>O agente solicitante do processo de recontabilização deverá efetuar o pagamento do valor integral do emolumento por meio de boleto bancário, cuja emissão será realizada após a aprovação da solicitação do processo referido.</li> <li>O pagamento em questão estará sob as condições estabelecidas pelas premissas do PdC AM.04 – Administrar Votos e Contribuição Associativa.</li> </ul>		Solicitação de recontabilização paga, caso aplicável	Após aprovação da solicitação de recontabilização

Legenda:

**N:** data do recebimento da solicitação de recontabilização

**du:** dias úteis.

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC CZ.03	INÍCIO DE VIGÊNCIA 28.05.2010	Versão 2
NOME SOLICITAÇÃO DE RECONTABILIZAÇÃO		

### 13. CRONOGRAMA GERAL

PRODUTO GERADO	CRONOGRAMA					
Solicitação de recontabilização recebida.	N					
Relatório técnico de requisição elaborado.		Até N+15du				
Solicitação de recontabilização e relatório técnico de requisição analisados e recomendação definida		Até N+15du				
Recurso encaminhado à Superintendência da CCEE pelo agente, caso aplicável.			N+20du			
Deliberação sobre a solicitação de recontabilização acolhida ou do recurso do agente emitida e resultado informado à Superintendência da CCEE.				Até N+33du		
Relatório técnico de requisição complementado com os resultados da análise.					Até N+35du	
Resultado da análise da solicitação de recontabilização e do relatório técnico de requisição disponibilizado.					Até N+35du	
Recolhimento de emolumentos						Após aprovação da solicitação de recontabilização

Legenda:


**N:** data do recebimento da solicitação de recontabilização

**du:** dias úteis.



## 14. ANEXOS

### 14.1. Formulário para solicitação de recontabilização

		<b>FORMULÁRIO PARA SOLICITAÇÃO DE RECONTABILIZAÇÃO</b>	
Agente:	<input type="text"/>	Sigla:	<input type="text"/>
CNPJ:	<input type="text"/>		
<b>Natureza da Solicitação:</b>			
<input type="checkbox"/> Modelagem	<input type="checkbox"/> Preços	<input type="checkbox"/> Cadastro	<input type="checkbox"/> Liquidação Financeira
<input type="checkbox"/> Ajuste de Medição	<input type="checkbox"/> Contratos	<input type="checkbox"/> Aplicação de Regra	<input type="checkbox"/> Outros: _____
<b>Solicitação:</b>			
<input type="text"/>			
<b>Justificativa:</b>			
<input type="text"/>			
<b>Mês(es)/Ano(s) Impactado(s):</b>			
-	-	-	
-	-	-	
-	-	-	
<b>Relação dos Documentos em Anexo:</b>			
<input type="text"/>			
<p>Na hipótese de recontabilização poderá haver apuração de penalidades por insuficiência de lastro para venda de energia e/ou cobertura contratual de consumo para os agentes envolvidos, aplicando-se o previsto no PdC AM.10 Aferição e Aplicação de Penalidades.</p>			
_____ Assinatura do Representante Legal		_____ Data e Local	